RECIIN- Revista Científica Interdisciplinar MWEKALIA

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL DOS ALUNOS DO ENSINO GERAL EM ANGOLA: UM DIREITO E UM DESAFIO

Eduardo Lutati[1]

RESUMO

O presente artigo analisa a orientação escolar e profissional no contexto do ensino geral em Angola, destacando o seu duplo carácter como direito fundamental dos alunos e necessidade prática para o desenvolvimento social e económico. A investigação explora os principais desafios enfrentados no país, como a escassez de políticas estruturadas, a falta de profissionais especializados, desigualdades regionais e ausência de recursos materiais e pedagógicos adequados. Apontam-se ainda caminhos possíveis, incluindo o fortalecimento de políticas públicas, formação de orientadores e integração da orientação profissional nas escolas. Para tanto, adoptamos uma abordagem qualitativa, com base bibliográfica e documental, por meio da selecção intencional de livros, legislação nacional e internacional que abordam sobre orientação como direito e necessidade. Conclui-se que a orientação escolar e profissional deve ser vista como um investimento estratégico no futuro da juventude angolana.

Palavras-chave: Orientação Escolar, Orientação Profissional, Educação, Angola.

1. INTRODUÇÃO

A orientação escolar e profissional constitui um elemento central no processo educativo, ao possibilitar que os alunos construam projectos de vida baseados em escolhas conscientes e responsáveis. No contexto contemporâneo, marcado pela complexidade das transformações sociais e pelas exigências do mercado de trabalho, a necessidade de orientação assume maior relevância. Segundo Bohoslavsky (1971), a orientação vocacional deve ser entendida como um processo

[1] - Doutorando em Gestão Educativa pela Universidade Autónoma do Paraguai; Mestre em Administração pela American Liberty University em convênio com o Instituto Superior Técnico de Angola; Licenciado em Psicologia do Trabalho e das Organizações pela Universidade Católica de Angola; Licenciado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior Dom Bosco da Universidade Católica de Angola. É docente das Unidades Curriculares de Psicologia Organizacional e Psicossociologia pelo Instituto Superior Politécnico do Cazenga; docente das Unidades Curriculares de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Personalidade no Instituto Superior Politécnico Tocoísta, é docente no Instituto Superior Dom Bosco de Seminário de Orientação para Estágio, no curso de Psicologia Escolar.

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

de ajuda sistemática que visa auxiliar o jovem a tomar decisões adequadas sobre sua trajectória escolar e profissional.

Em Angola, a questão revela-se particularmente significativa, dado que o ensino geral enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e sociais. A ausência de programas sólidos de orientação escolar e profissional compromete a efectivação do direito à educação integral, previsto na Constituição da República de Angola (CRA, 2010). Nesse sentido, o presente artigo busca reflectir sobre a orientação como um direito dos alunos do ensino geral e, ao mesmo tempo, como uma necessidade diante das limitações do sistema educativo.

O objectivo geral é analisar a orientação escolar e profissional como instrumento de desenvolvimento humano e social em Angola. Os objectivos específicos são: (i) discutir a fundamentação teórica do tema; (ii) examinar os desafios e limitações no contexto angolano; e (iii) propor caminhos que viabilizem sua efectiva implementação.

Metodologicamente, esse artigo, é foi baseado numa pesquisa qualitativa de carácter bibliográfico e documental, com a selecção intencional da fontes relevantes ao tema que permitiu em simultâneo fazer a descrição dos factos e a análise dos documentos e livros que produziram o resultado desta pesquisa.

Resumidamente, este artigo obedece a seguinte estrutura: introdução, fundamentação teórica, principais desafios da orientação escolar e profissional no contexto educativo angolano, perspectivas e caminhos possíveis, considerações finais e referências bibliográficas.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL PARA OS ALUNOS DO ENSINO GERAL EM ANGOLA

A orientação escolar pode ser definida como o conjunto de acções pedagógicas e psicológicas que auxiliam o aluno no processo de autoconhecimento, de escolha e de adaptação ao ambiente escolar e social (SAVICKAS, 2013). Já a orientação

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

profissional, segundo Super (1990), constitui-se como um processo de desenvolvimento vocacional contínuo, em que a carreira é vista como construção de identidade ao longo da vida. Ginzberg (1984) acrescenta que a escolha profissional não é um acto isolado, mas um processo dinâmico, influenciado por factores económicos, sociais e psicológicos. Assim, a orientação não deve restringir-se à mera indicação de profissões, mas ampliar-se à construção de projectos de vida, como defendem Chauí (2000) e Pimenta (2012), ao destacar que a educação deve possibilitar escolhas éticas e socialmente comprometidas.

Do ponto de vista legal e político, a orientação escolar e profissional insere-se no direito à educação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) estabelece que toda pessoa tem direito à educação voltada ao pleno desenvolvimento da personalidade humana. Nesse mesmo sentido, a Constituição da República de Angola (CRA, 2010) garante o direito à educação como dever do Estado e da família, incluindo a preparação para a vida activa e para o trabalho.

Conforme Libâneo (2012), a escola contemporânea deve articular-se com a realidade social, assegurando ao estudante não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas também a orientação para sua inserção cidadã e profissional. Assim, a orientação escolar e profissional emerge como uma dimensão da justiça social, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades (PARSONS, 1909; HERR; CRAMER, 1996).

No Contexto Angolano, o sistema educativo tem passado por transformações significativas desde a independência, em 1975, e mais intensamente a partir das reformas introduzidas pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 17/16. Apesar dos avanços no acesso, ainda se observam desafios relacionados à qualidade do ensino, à formação docente e às condições materiais das escolas (MARTINS, 2020).

No ensino geral, os alunos enfrentam dificuldades em construir projectos profissionais consistentes, em grande parte pela falta de estruturas de orientação escolar e vocacional. Muitas vezes, a escolha da área de formação ou da futura profissão

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

ocorre de modo aleatório ou condicionado por factores externos, como pressões familiares ou exigências económicas.

Segundo Gouveia (2018), a ausência de políticas sistemáticas de orientação compromete a possibilidade de os jovens desenvolverem trajectórias de vida alinhadas às suas capacidades e interesses. Este cenário demonstra que, além de ser um direito previsto na legislação, a orientação escolar e profissional configura-se como uma necessidade social urgente, pois prepara os estudantes para lidar com um mercado de trabalho em constante mudança.

2.1A Orientação Escolar E Profissional Como Um Direito

A orientação escolar e profissional está directamente relacionada ao direito à educação integral. A Constituição da República de Angola (CRA, 2010), no seu artigo 79.º, estabelece que "todos têm direito à educação, à cultura e ao desporto", e que a educação deve garantir a preparação para a vida activa. Já a Lei de Bases n.º 17/16 reforça a responsabilidade do Estado em assegurar que a educação contribua para a inserção do indivíduo na sociedade e no mundo do trabalho.

Na perspectiva de Libâneo (2012), a escola deve ser compreendida como espaço de formação humana integral, onde a orientação para a vida pessoal e profissional é tão importante quanto à transmissão de conteúdos académicos. Isso significa que a orientação não é um privilégio, mas sim um direito inalienável dos estudantes, devendo estar garantida em todas as etapas da escolaridade e em todas as escolas do ensino geral sem excepção.

Além do marco legal nacional, organismos internacionais como a UNESCO (2013) e a UNICEF (2017) defendem que a orientação vocacional é um componente essencial para a promoção da equidade educacional. Ela amplia oportunidades, reduz desigualdades e contribui para a justiça social, uma vez que auxilia os alunos, independentemente da sua origem socioeconómica, a construírem escolhas conscientes para o futuro.

Assim, o direito à orientação escolar e profissional deve ser entendido como parte integrante do direito humano à educação, sendo responsabilidade do Estado

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

angolano criar condições institucionais, pedagógicas e humanas para sua efectiva realização.

2.2 **A orientação escolar e profissional como uma necessidade**

Se, por um lado, a orientação é um direito legal, por outro, ela se apresenta como uma necessidade vital diante dos desafios enfrentados pelos alunos no ensino geral. Segundo Super (1990), a construção da carreira é um processo de desenvolvimento contínuo, que começa na infância e se estende por toda a vida. Portanto, a ausência de apoio na fase escolar compromete a formação integral do indivíduo.

No caso angolano, esta necessidade é evidenciada por três dimensões principais:

1. Necessidade individual – os alunos precisam de apoio para desenvolver autoconhecimento, identificar suas aptidões e definir projectos de vida. Como afirma Bohoslavsky (1971), a escolha profissional exige amadurecimento psicológico e orientação adequada.

2. Necessidade social – a sociedade angolana carece de jovens qualificados para diferentes sectores produtivos. A falta de orientação adequada pode levar à formação de profissionais desalinhados às reais demandas do mercado de trabalho (GINZBERG, 1984).

3. Necessidade pedagógica – a escola não pode limitar-se a transmitir conteúdos, devendo preparar os estudantes para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho (PIMENTA, 2012). A ausência de práticas de orientação pedagógica fragiliza o papel social da educação.

Portanto, no contexto angolano, a orientação escolar e profissional é mais do que uma política desejável: ela é uma exigência estrutural, que garante ao mesmo tempo o exercício de um direito e a satisfação de uma necessidade intrínseca ao processo educativo.

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

2.3 **Principais Desafios Da Orientação Escolar E Profissional No Contexto Educativo Angolano**

a) Insuficiência de Políticas Públicas Estruturadas

Embora a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 17/16 reconheça a importância de preparar os jovens para a vida activa, não existem programas nacionais sólidos de orientação escolar e profissional implementados de forma sistemática em todas as escolas. A prática, quando existe, é pontual e depende de iniciativas locais de algumas instituições.

Por exemplo, em Luanda, algumas escolas privadas e católicas comparticipadas criam espaços de orientação de carreira, mas no ensino público, sobretudo fora da capital, essa realidade praticamente inexiste. Isso cria desigualdades entre alunos de zonas urbanas e rurais, contrariando o princípio da universalidade do direito à educação. Gouveia (2018) destaca que a falta de políticas claras conduz a escolhas desinformadas, que repercutem em maiores índices de desistência no ensino superior.

b) Carência de Profissionais Especializados

A falta de psicólogos escolares e orientadores educacionais é um dos maiores entraves. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2021), Angola possui uma média reduzida de psicólogos para atender a vasta rede escolar, o que impossibilita que cada escola do ensino geral tenha um profissional dedicado à orientação. Por outro, desses que existem, que já são poucos, a maioria é desempregado e o governo não cria nenhuma política para a sua inserção e enquadramento. E, muitos que estão enquadrados não desempenham a profissão que aprenderam e dedicam-se a dar aulas de psicologia ou outra matéria.

Na prática, as tarefas de orientação recaem sobre directores de turma ou professores, que não possuem formação específica em psicologia educacional ou orientação vocacional. Como observa Libâneo (2012), a orientação exige competências próprias, como a capacidade de aplicar testes de aptidão, dinâmicas de autoconhecimento e mediação entre família e aluno, competências que a maioria dos docentes não domina.

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

Fragilidade de Recursos Materiais e Pedagógicos

A orientação escolar também é limitada pela carência de recursos didácticos. Muitas escolas públicas não dispõem de bibliotecas actualizadas, acesso à internet ou materiais que apresentem aos estudantes diferentes opções de cursos e profissões. Por exemplo, enquanto em algumas escolas urbanas há pequenas feiras de profissões organizadas por universidades locais, nas zonas rurais a maioria dos alunos conclui o ensino médio sem nunca ter tido contacto com informação básica sobre cursos técnicos, formações superiores ou necessidades do mercado de trabalho angolano. Savickas (2013) sublinha que a orientação vocacional eficaz depende de instrumentos que ajudem o jovem a explorar suas capacidades, algo que em Angola ainda é muito limitado.

c) Desafios Socioculturais e Económicos

As condições socioeconómicas e as expectativas familiares exercem forte influência sobre as escolhas profissionais. Em muitas famílias angolanas, especialmente de contextos rurais ou economicamente vulneráveis, a prioridade é garantir o sustento imediato. Assim, muitos jovens acabam abandonando os estudos para ingressar precocemente no mercado informal, sem orientação adequada (MARTINS, 2020).

Do ponto de vista cultural, é comum que as famílias pressionem os filhos a escolher profissões consideradas de prestígio social, como medicina, direito ou engenharia, ainda que essas áreas não correspondam às suas aptidões. Essa pressão compromete o exercício do direito à escolha livre e consciente. Ginzberg (1984) já alertava que a escolha profissional é influenciada por múltiplos factores, sendo essencial a intervenção de programas de orientação que ajudem a equilibrar desejos pessoais, condições familiares e exigências sociais.

d) Desarticulação Escola-Família-Mercado de Trabalho

Outro grande desafio é a falta de integração entre escola, família e mercado de trabalho. Muitas escolas do ensino geral preparam os alunos apenas para exames nacionais (uma prática embrionária no nosso sistema de educação) ou ingresso no ensino superior, sem fornecer informações concretas sobre profissões, cursos técnicos

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

ou oportunidades existentes no país. Um exemplo visível é a pouca divulgação de cursos oferecidos pelos Institutos Médios Politécnicos e Técnicos Profissionais, que poderiam representar uma alternativa viável para os jovens. Sem essa ponte, grande parte dos estudantes vê o ensino superior como única via de mobilidade social, o que resulta em frustrações e altas taxas de abandono. Bohoslavsky (1971) reforça que a orientação deve ser vista como um processo colectivo, em que a escola actua em diálogo com a família e com a sociedade produtiva.

Em síntese, os desafios da orientação escolar e profissional em Angola não se limitam ao reconhecimento legal do direito, mas residem na dificuldade de torná-lo efectivo. As lacunas estruturais (políticas públicas), pedagógicas (profissionais formados), materiais (recursos) e culturais (pressões familiares) demonstram que a orientação é, simultaneamente, um direito negado e uma necessidade urgente no sistema educativo angolano.

2.4 **Perspetivas E Caminhos Possíveis**

A superação dos desafios da orientação escolar e profissional em Angola exige uma abordagem integrada, que combine políticas públicas consistentes, formação de profissionais especializados, investimento em recursos pedagógicos e envolvimento da sociedade. A seguir, apresentam-se algumas perspectivas e propostas concretas:

a) Criação de Programas Nacionais de Orientação Escolar e Profissional

É necessário que o Ministério da Educação desenvolva e implemente um Programa Nacional de Orientação Escolar e Profissional, integrado ao ensino geral, com directrizes claras para todas as escolas. Esse programa deve prever:

- Estruturas obrigatórias de orientação em cada instituição escolar;
- Currículos que incluam conteúdos de autoconhecimento, exploração de carreiras e cidadania;
- Avaliações periódicas sobre os impactos da orientação no desempenho e na inserção dos alunos.
- Incluir um acampamento vocacional no fim de cada ano lectivo para os alunos semifinalistas e finalistas com um plano de actividades com conteúdos

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

de autoconhecimento, exploração de carreira e conhecimento dos cursos e profissões que existem no mercado.

Segundo a UNESCO (2013), políticas nacionais de orientação são fundamentais para garantir que nenhum estudante fique privado desse direito.

b) Formação e Inserção de Profissionais Especializados

É urgente investir na formação e contratação de psicólogos escolares e orientadores educacionais. As universidades angolanas podem ampliar nos seus planos de desenvolvimento institucional os cursos de Psicologia e Ciências da Educação, com ênfase em orientação vocacional e escolar.

Além disso, devem ser criados programas de formação contínua para professores, de modo que possam actuar como facilitadores da orientação em articulação com especialistas. Como defende Libâneo (2012), a escola só cumpre sua função social quando os educadores são preparados para orientar integralmente os estudantes.

c) Desenvolvimento de Recursos Pedagógicos e Tecnológicos

Para tornar a orientação mais acessível e eficaz, é necessário disponibilizar para as escolas materiais didácticos, guias de profissões, plataformas digitais e feiras de orientação. As escolas devem estar munidas de gabinetes psicopedagógicas equipadas com processos individuais dos alunos que contêm testes de orientação vocacional e outros meios que facilitem todo processo de orientação. E tudo isto implica investimento por parte do Estado, através do Ministério da Educação, que passa por:

- Criação de centros de informação vocacional online com dados sobre cursos técnicos, formações superiores e oportunidades de emprego.
- Realização de feiras de profissões e dias de carreira em todas as províncias, envolvendo universidades, institutos médios e empresas.
- Inclusão de módulos de orientação no currículo do ensino geral, com actividades práticas de exploração profissional.

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

Savickas (2013) defende que o acesso a instrumentos modernos de orientação aumenta a autonomia dos jovens na construção de suas escolhas.

d) Envolvimento da Família e da Comunidade

A família desempenha papel decisivo nas escolhas escolares e profissionais dos jovens. Por isso, a escola deve sensibilizar os pais e encarregados de educação sobre a importância de respeitar as aptidões e interesses dos alunos.

Podem ser promovidos:

- Encontros escola-família para debater carreiras e oportunidades de formação;
- Projectos comunitários de orientação, que integrem empresas locais e associações juvenis;
- Campanhas de sensibilização em rádios comunitárias, sobretudo nas zonas rurais.

Como destaca Bohoslavsky (1971), a escolha profissional não pode ser isolada do contexto social, devendo envolver diálogo entre todos os actores.

e) Articulação com o Mercado de Trabalho

A orientação só terá impacto se estiver conectada com as necessidades reais do mercado de trabalho. É fundamental estabelecer parcerias entre escolas, universidades, empresas e centros de formação técnica para:

- Oferecer estágios e programas de iniciação profissional para alunos do ensino médio;
- Identificar áreas prioritárias de formação em Angola (como energia, saúde, agricultura e tecnologia);
- Integrar dados do Instituto Nacional de Estatística sobre empregabilidade aos programas de orientação.

De acordo com Ginzberg (1984), a escolha profissional deve considerar não apenas desejos individuais, mas também oportunidades concretas oferecidas pelo contexto económico.

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

Em síntese, as perspectivas para Angola apontam para a necessidade de uma estratégia nacional de orientação escolar e profissional, que reconheça este processo como parte do direito à educação e, ao mesmo tempo, responda à necessidade social de preparar os jovens para a vida e para o trabalho. Apenas com o envolvimento do Estado, da escola, da família e do mercado de trabalho será possível transformar este direito formal em direito efectivo para todos os alunos do ensino geral.

3. Considerações Finais

A orientação escolar e profissional constitui um dos pilares fundamentais para a formação integral dos alunos do ensino geral em Angola. Este processo deve ser compreendido, simultaneamente, como um direito – assegurado pela Constituição da República e pela Lei de Bases do Sistema Educativo – e como uma necessidade intrínseca às exigências contemporâneas de desenvolvimento humano, social e económico.

Enquanto direito, a orientação garante que todos os alunos tenham acesso a condições equitativas para construir projectos de vida conscientes e consistentes, sem que suas escolhas fiquem reféns de desigualdades sociais, pressões familiares ou falta de informação. Ela representa, portanto, um instrumento de justiça social e de democratização do acesso às oportunidades.

Enquanto necessidade, a orientação responde às demandas reais do sistema educativo e da sociedade angolana, marcada por transformações rápidas no mundo do trabalho e pela carência de mão de obra qualificada em áreas estratégicas. Para que o país avance rumo ao desenvolvimento sustentável, é imprescindível que a escola prepare os jovens não apenas para exames e diplomas, mas também para escolhas conscientes, críticas e socialmente relevantes.

Contudo, os desafios identificados – ausência de políticas públicas estruturadas, falta de profissionais especializados, fragilidade de recursos pedagógicos, condicionamentos socioculturais e a desarticulação entre escola, família e mercado de trabalho – mostram que o direito à orientação ainda não se concretizou plenamente.

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

Assim, a construção de uma estratégia nacional de orientação escolar e profissional em Angola impõe-se como prioridade urgente. É necessário investir na formação de orientadores, criar programas consistentes, fortalecer a articulação com as famílias e empresas, e disponibilizar recursos que permitam ao aluno conhecer-se e projectar o seu futuro.

Em síntese, garantir a orientação escolar e profissional no ensino geral angolano não é apenas cumprir uma exigência legal, mas também responder a uma necessidade vital para a juventude e para o próprio futuro do país. Somente ao reconhecer esse duplo carácter será possível transformar a orientação em um instrumento de emancipação individual e de desenvolvimento colectivo.

Referências Bibliográficas

2. Documentos legais e institucionais

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico da Educação 2021/2022. Luanda: INE, 2022.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística (INE). Inquérito sobre Emprego em Angola (IOF 2019-2020). Luanda: INE, 2020.

ANGOLA. Ministério da Educação. Estratégia Integrada para a Melhoria da Educação em Angola. Luanda: MED, 2020.

ANGOLA. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação 2017-2025. Luanda: MED, 2017.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. Orientación Vocacional: *La Estrategia Clínica*. Buenos Aires: Paidós, 1971.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GINZBERG, Eli. Occupational Choice: *An Approach to a General Theory*. New York: Columbia University Press, 1984.

Vol I, No.1, 101-198.8, 2026 I,Ed.CEAPE-ANGOLA, ISBN. 978989-9133-90-7

GOUVEIA, António. Orientação Escolar e Profissional: *Desafios no Contexto Africano*. Lisboa: Escolar Editora, 2018.

HERR, Edwin L.; CRAMER, Stanley H. Career Guidance and Counseling Through the Lifespan: *Systematic Approaches*. 5. ed. New York: Harper Collins, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: *Políticas, Estrutura e Organização*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, João. Educação em Angola: *Desafios e Perspectivas*. Luanda: Mayamba, 2020.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948.

PARSONS, Frank. Choosing a Vocation. Boston: Houghton Mifflin, 1909.

PIMENTA, Selma Garrido. Docência no Ensino Superior. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REPUBLICA DE ANGOLA. Constituição da República de Angola. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

REPUBLICA DE ANGOLA. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 17/16, de 7 de Outubro. Luanda: Assembleia Nacional, 2016.

SAVICKAS, Mark L. Career Counseling. Washington: American Psychological Association, 2013.

SUPER, Donald E. A Life-span, Life-space Approach to Career Development. Journal of Vocational Behavior, v. 16, n. 3, p. 282-298, 1990.

UNESCO. Políticas de Orientação e Aconselhamento: *Contribuir para a Equidade Educativa.* Paris: UNESCO, 2013.

UNICEF. Educação para Todos: *Relatório Global 2017*. Nova Iorque: UNICEF, 2017.

Submetido: Data/ Revisado: 29 de Setembro de 2026

Data/ Aceite: 30 de Setembro de 2026

Publicado:03 de Setembro de 2026